

Perfil dos produtores rurais de Alagoas: Uma análise sobre nível de instrução e gênero no campo, um estado de carência de políticas públicas.

Daniele Vanessa de Souza Santos: *Discente do curso de Serviço Social/ FITS, Maceió;*
Michelle Bruna Oliveira de Lima: *Discente do curso de Serviço Social/ FITS, Maceió;*
Isaac Ferreira de Lima Junior: *Discente do curso de especialização em Produção de Bovinos de Leite/ UNEAL, Campus II;*
Solange Enoi Melo de Resende: *Docente do IFAL, Maceió;*

Ciências sociais aplicadas/ Políticas públicas

Palavras-Chave: censo agropecuário, políticas públicas, educação rural.

Justificativa

A falta de informações detalhadas sobre a estratificação do trabalho rural em Alagoas representa um precedente preocupante, sobretudo, no tocante a ausência de políticas públicas efetivas de amparo aos trabalhadores do campo. O acesso a educação é um direito garantido pela constituição e deve ser disponibilizado pelo Estado ao cidadão, inclusive às populações rurais, onde predomina a evasão escolar e os índices de analfabetismo. A ausência de amparo legal, que venha a garantir o direito à educação no meio rural vêm contribuindo para a migração em direção aos centros urbanos, contribuindo com a marginalização e condições de submoradias. Desta forma torna-se imperante conhecer os reflexos desse quadro para a elaboração de planos direcionados à realidade local.

Objetivos

Objetivou-se com o presente trabalho analisar os dados do ultimo censo agropecuário, para a identificação do perfil do produtor rural de Alagoas em relação ao seu nível de instrução escolar e a estratificação de gênero na liderança das propriedades rurais do Estado, para embasar a discussão a respeito de políticas públicas efetivas para esse grupo populacional.

Embasamento teórico

Para se analisar ou formular uma proposta eficaz de educação no campo para homens e mulheres, é necessário entender o contexto em que se está inserido, economicamente e socialmente. Antes a educação era vista como uma contribuição ao individuo na sociedade e não para a sua inserção no mercado de trabalho, como se exige nos tempos atuais. Pensar na educação é ir além da mercantilização, onde a educação é um bem intransferível e individual que cada cidadão vai levar por toda sua vida, podendo contribuir em sua relação com a sociedade e também com o mercado de trabalho.

Com os crescentes desemprego e marginalização nas cidades, o modelo de desenvolvimento urbano-industrial, absorvedor de mão-de-obra que migrava do campo, esgotou-se, sendo necessária a elaboração de novos modelos de desenvolvimento, nos quais o conhecimento e a informação são fatores fundamentais. Ou seja, elevar o patamar de escolarização e a permanente qualificação profissional dos trabalhadores em

todos os níveis, no meio urbano e rural, passa a ser um desafio central (SOUZA & BARONE, 2005).

Maciel & Fernandes (2011), retratam a importância da implementação de políticas públicas que versem sobre o desenvolvimento de tecnologias sociais, sobretudo pelo caráter do desenvolvimento local sustentável, valorizando as particularidades regionais, direcionando a ciência e a tecnologia ao atendimento das demandas dos ambientes urbanos e rurais, valorizando suas características próprias e promovendo a inserção social pela garantia ao direito do conhecimento.

As vagas iniciativas do Estado em conceber uma proposta de educação rural, segundo Cavalcante (2010), apresentavam-se entre efêmeras e casuais intervenções socioeducacionais para os adultos e adaptações equivocadas de escola urbana para as crianças, que mediante a incompetência do estado, delineava um perfil de estudante “possível” no rural: inadequado ao mundo urbano, despreparado para os potenciais do local.

Esta situação, conforme relatado por Mattos et al (2012), se agrava ainda mais quando nos debruçamos sobre os projetos e programas de alfabetização de jovens e adultos que desconsideram completamente a contextualização da educação e a realidade do homem e da mulher do campo. Pois, o que se observa ainda hoje é que uma parte significativa dos legisladores brasileiros não conseguem elaborar o distanciamento necessário e desejável do paradigma urbano. A cidade ideal, além de referenciar a maior parte dos textos legais enfatiza a palavra adaptação como recomendação para tornar acessível ou ajustar a educação da escola urbana às condições de vida do campo.

Destarte, segundo Souza & Barone (2005), são, portanto, bem-vindas as iniciativas de caráter público que busquem fortalecer o ambiente educacional existente no campo, superando o quadro histórico de abandono e inadequação da escola rural, que leva a elevados índices de analfabetismo e à baixa qualificação no meio rural.

Representantes do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Movimentos Indígenas, Conselho Indigenista Missionário, Comunidades Quilombolas, Pastoral da Juventude Rural, Comissão Pastoral da Terra, Escolas-Famílias Agrícolas, Movimento de Organização Comunitária entre outras entidades e representações, seguraram o debate em torno do amadurecimento das discussões frente à constatação das nuances discriminatórias de gênero, credo, etnia que saltam aos olhos, quando na histórica ausência do estado no ambiente não urbano, além do mais, a academia sempre bebeu do rural seus desassossegos, mas, proporcionalmente pouco retorna para que este rural saia do seu patamar de objeto de estudo entre o lamento e a excentricidade (CAVALCANTE, 2010).

É dever do Estado promover um ensino que seja motivado e ajustado às idades, para melhor aprendizagem, recursos disponíveis, manutenção, espaço para atender essa demanda, promover Políticas específicas e diferenciadas, (não Políticas emergenciais) e contar com a divulgação dos meios de comunicação, como foi citado anteriormente só o ensino não é suficiente, é necessário abranger conhecimentos e habilidades para que o indivíduo não só possa adquirir conhecimentos culturais, mais também possa participar, contribuir e ser conhecedor dos seus direitos e neste contexto a academia através de suas premissas básicas do ensino, pesquisa e extensão, não apenas pode, como deve contribuir apontando as demandas locais e construindo um ambiente que debate e edificação de propostas pontuais.

Metodologia

Foi realizada a análise dos dados apresentados no ultimo censo agropecuário (IBGE, 2006), com a verificação da distribuição percentual das observações para características dos produtores agropecuários, com base nos itens: *Pessoa que dirige o estabelecimento por sexo e instrução*, onde sexo: homem e mulher; e instrução: 1 – não sabe ler e escrever; 2 – nenhuma instrução, mas sabe ler e escrever; 3 – alfabetização de adultos; 4 – ensino fundamental incompleto; 5 – ensino fundamental completo; 6 – ensino médio ou técnico agrícola completo; 7 – ensino médio completo (outro); 8 – formação superior (ciências agrárias); 9 – formação superior (outra área); As distribuições percentuais foram confrontadas para efeito de comparação nas esferas nacional (Brasil), regional (Nordeste) e local (Alagoas) sob as variáveis abordadas e sob o gênero.

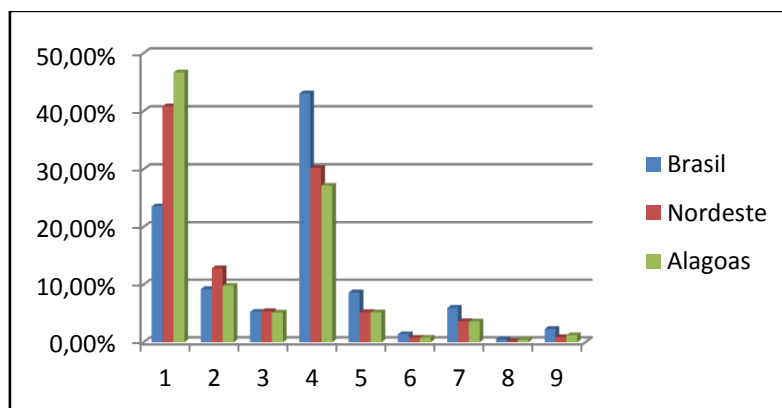
Resultados

A análise dos dados apresentados no censo agropecuário de 2006 pelo IBGE deixa evidente a larga predominância masculina à frente de propriedades rurais em todo o país (87,32% homens e 12,68% mulheres), onde o Nordeste apresenta um ligeiro acréscimo da participação feminina em relação à participação nacional com 84,01% das propriedades geridas por homens e 15,99% administradas por mulheres, característica também evidenciada em Alagoas onde as mulheres têm participação de 16,68% contra 83,32% da participação masculina. Esses valores corroboram a predominância da figura masculina como gestor, à frente das propriedades rurais no Brasil, assim como a figura do chefe de família sob a imagem masculina, embora o Nordeste e Alagoas tenham apresentado leve aumento na participação da mulher nessa posição.

“A reestruturação familiar é mais do que o resultado do ingresso da mulher no mercado de trabalho. Ela inscreve-se num conjunto de transformações dos papéis sociais que atingem a histórica relação de dependência econômica e cultural. A mulher recebe novas atribuições e passa a executar pagamentos, a providenciar a prestação de serviços e a tomar decisões relativas ao projeto de vida familiar” (COUTINHO, 2010).

A figura 1 apresenta os resultados para o nível de instrução de homens, onde fica evidente o baixo nível de instrução dos homens que respondem por propriedades rurais em todo Brasil.

Figura 1 – Distribuição percentual por níveis de instrução escolar para homens na direção de propriedades rurais.



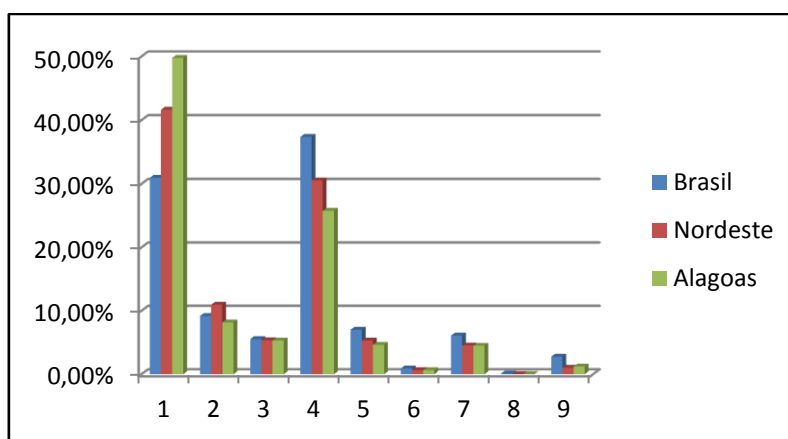
1 – não sabe ler e escrever, 2 – nenhuma instrução, mas sabe ler e escrever, 3 – alfabetização de adultos, 4 – ensino fundamental incompleto, 5 – ensino fundamental completo, 6 – ensino médio ou técnico agrícola completo, 7 – ensino médio completo (outro), 8 – formação superior (ciências agrárias), 9 – formação superior (outra área).

A maior proporção dos produtores rurais do gênero masculino em Alagoas declara não saber ler e escrever (46,68%), dado preocupante, sobretudo quando comparado ao cenário nacional onde a maior proporção se encontra com pelo menos a iniciação no ensino fundamental (43,08%). Esta constatação afirma a carência de medidas que viabilizem a disseminação da educação rural em Alagoas.

“A compreensão em torno da ideia da educação do campo está vinculada à luta dos diferentes movimentos sociais e segmentos da população do campo pela transformação das condições de vida no campo que se expressam através do aumento da pobreza, da degradação da qualidade de vida, do aumento da desigualdade social, da exclusão violenta dos agricultores e agricultoras decorrente da implantação do modelo de agricultura capitalista.” (MATTOS et al, 2012.)

Entre as mulheres (Figura 2) o quadro é ainda mais agravado, pois 49,77% das mulheres alagoanas a frente de propriedades rurais encontram-se no grupo de total analfabetismo.

Figura 2 – Distribuição percentual por níveis de instrução escolar para mulheres na direção de propriedades rurais.



1 – não sabe ler e escrever, 2 – nenhuma instrução, mas sabe ler e escrever, 3 – alfabetização de adultos, 4 – ensino fundamental incompleto, 5 – ensino fundamental completo, 6 – ensino médio ou técnico agrícola completo, 7 – ensino médio completo (outro), 8 – formação superior (ciências agrárias), 9 – formação superior (outra área).

A participação do grupo de alfabetização de adultos, contabilizado no censo agropecuário (IBGE, 2006), possui expressão bastante reduzida em ambos os gêneros e nos três cenários analisados (Brasil, Nordeste e Alagoas) com percentual de 5,15% e 5,32% para homens e mulheres respectivamente no Estado de Alagoas. Fica claro, quando se observa o expressivo analfabetismo e a baixa instrução dos homens e mulheres no meio rural que iniciativas com a Educação de Jovens e Adultos – EJA, possuem grande importância na educação rural.

A educação técnica possui importância estratégica no desenvolvimento local, através da formação de mão de obra capacitada para atender demandas de cada setor específico da economia, além de proporcionar o fortalecimento da identidade geográfica e cultural, no caso da formação agrícola. A formação técnica também foi contabilizada no levantamento do IBGE, sem no entanto, ter apresentado grande participação. Apenas 0,75 e 0,62% dos homens e mulheres respectivamente, no Estado de Alagoas afirmaram possuir essa formação. Onde Mattos et al (2012) retratam que:

“A proposta metodológica enfoca tanto a alfabetização entendida no sentido tradicional de decodificação propriamente dita, quanto à possibilidade de utilização real da leitura e da escrita na vida cotidiana do campo, tais como práticas agrícolas, preservação do meio ambiente, gestão de águas, segurança alimentar, desenvolvimento sustentável, associativismo, saúde da família, ética e cidadania (...).”

Os níveis de escolaridade compreendidos como 2 – nenhuma instrução, mas sabe ler e escrever, 3 – alfabetização de adultos, 5 – ensino fundamental completo, 6 – ensino médio ou técnico agrícola completo, 7 – ensino médio completo (outro), 8 – formação superior (ciências agrárias) e 9 – formação superior (outra área) apresentaram diminuta expressão para ambos os gêneros e para os três cenários analisados (Brasil, Nordeste e Alagoas), ficando sempre abaixo de 15,00%.

Conclusões

Dado o exposto, sobre a evasão escolar e os índices de analfabetismo, sendo predominante no meio rural. É dever do Estado e direito de todo o cidadão, o acesso a uma educação de qualidade, independente de classe social, e o modo de vida, que seja na área urbana ou rural.

O trabalho apresentado expõe a estratificação do gênero nas propriedades rurais no Brasil, região nordeste e Alagoas onde a figura patriarcal do homem ainda predomina sob a figura da mulher como sendo o chefe da família nas propriedades rurais. Porém o maior índice de analfabetismo observado no estudo encontra-se em Alagoas, sobretudo entre as mulheres. Isso nos mostra a ausência de políticas públicas efetivas relacionadas à educação e sensibiliza à carência de estudos sobre esses indicadores, a fim de desenvolver propostas de alcance a estas demandas.

Referências bibliográficas

CAVALCANTE, L.O.H. Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural. Ensaio: **aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 549-564, jul./set. 2010.

COUTINHO, P.R. Chefia feminina de família e produção da vida em campo grande-ms no final do século XX. **Dossiê Estudos de Gênero**, Vol. 7, numero 9, julho de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário 2006, Brasil, grandes regiões e unidades da federação. **Censo agropecuário**, Rio de Janeiro, p.1-777, 2006.

MACIEL, A.L.S; FERNANDES, R.M.C. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 146-165, jan./mar. 2011.

MATTOS, B.H.O.M; FURTADO, E.D.P; HOLANDA, F.A.R; BANDEIRA, M.S.A; MOREIRA, N. Educação contextualizada de jovens e adultos do campo no semiárido cearense. **Anais do IX congresso da sociedade brasileira de sistemas de produção (IX CSBSP)**, Luziânia-GO. 2012.

SOUZA, L. C; BARONI, L. A. Educação rural brasileira na realidade dos projetos assentamentos: o caso de Presidente Venceslau/SP. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo-SP. 2005.